

A Realidade das Mulheres Rurais na Luta pela Reforma Agrária: Ação

The Reality of the Agricultural Women in the Fight for the Agrarian Reformation: Action x Anonymity

FERNANDES, Ivana Leila Carvalho¹

¹Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil, ivanaleilac@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho trata da temática mulher e reforma agrária, e tem como objetivo compreender o tipo de participação que as mulheres rurais têm apresentado nas lutas pela conquista da terra e melhores condições de vida. O estudo foi realizado no Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo sobre a metodologia da pesquisa-ação. O trabalho apresenta referenciais teóricos e dados referentes a pesquisa realizada em um assentamento rural do Ceará. Percebemos que a participação da mulher é presente e tem importante significado nos acontecimentos que representam a luta pela conquista da terra, bem como sua presença nas etapas de constituição e organização do assentamento. A questão é que as agricultoras apresentam uma profunda insatisfação em relação ao reconhecimento de suas ações, tanto por parte das instituições governamentais, como da sociedade de modo geral, e principalmente daqueles que estão mais próximos, como maridos, filhos e familiares em geral.

PALAVRAS-CHAVE: participação; assentamento; trabalho doméstico; produção; família.

ABSTRACT

This work deals with the thematic woman and agrarian reform, and has as objective to understand the type of participation that the agricultural women have presented in the fights for the conquest of the land and better conditions of life. The study it was carried through in the Course of Specialization in Familiar Agriculture Peasant and Education of the Field on the methodology of the research-action. The study it presents theoretical referenciais and referring data the research carried through in an agricultural nesting of the Ceará. We perceive that the participation of the woman is present and important has meant in events that represent the fight for the conquest of the land, as well as its presence in the stages of constitution and organization of the nesting. The question is that the agricultoras present a deep insatisfação in relation to the recognition of its action, as much on the part of the governmental institutions, as of the society in general way, and mainly to that they are next, as familiar husbands, children and in general.

KEY WORDS: participation; nesting; domestic work; production; family.

Correspondências para: ivanaleilac@yahoo.com.br

Aceito para publicação em 22/11/2009

Introdução

A luta pela reforma agrária no Brasil já mobilizou milhões de trabalhadoras rurais, que sempre estiveram presentes, mesmo sem ter a visibilidade dos seus esforços reconhecidos publicamente. O acesso delas a terra sempre foi restrito, apesar das transformações das relações sociais no processo de luta pela terra, em especial no convívio nos acampamentos (BUTTO, 2005).

Segundo a autora citada, a legislação brasileira promoveu importantes avanços para permitir o acesso das mulheres rurais à terra. O Estatuto da Terra de 1964 dava prioridade a chefes de famílias maiores que quisessem dedicar-se às atividades agrícolas. A autora destaca que padrões culturais do país atribuem a chefia familiar aos homens. Diante das consequências desta legislação, a partir dos anos 80, as mulheres trabalhadoras rurais empreenderam lutas em todo o país para reivindicar acesso igualitário à terra no processo de reforma agrária.

A luta estava direcionada à titulação conjunta da posse da terra. As trabalhadoras rurais brasileiras conseguiram através destas reivindicações que o governo Federal incluísse na nova Constituição Federal, que o título de domínio ou concessão de uso da terra seria conferido ao homem ou a mulher, ou a ambos independente de seu estado civil.

Apesar desse direito constitucional a sua implementação ocorreu precariamente. Pouco mais de oito anos após a promulgação da nova Constituição, o Censo da Reforma Agrária, realizado em 1996, indicou uma presença das mulheres como titulares da terra equivalente a 12%. Este índice pode ser considerado baixo se comparado a outros países da América Latina, por exemplo a Colômbia, em que este índice chega a 45% (BUTTO, 2005).

A separação conjugal representa um fator de não permanência da mulher na terra, restando para ela uma alternativa de voltar a acampar e permanecer na luta pelo acesso à terra.

No quadro de luta pela reforma agrária brasileira, a mulher esteve presente, na maioria das vezes na invisibilidade, mas algumas conseguem se destacar e viram marco na história da luta pela terra no Brasil. Na década de 60, podemos citar a atuação da agricultora paraibana Elizabete Teixeira (esposa de João Pedro Teixeira agricultor que inspirou o documentário "Cabra Marcado para Morrer"), que marcou presença nas lutas camponesas, resistindo à expulsão de agricultores (foreiros) dos engenhos em Pernambuco. Dada à sua atuação nessa luta, foi perseguida pelos governos da ditadura militar, tendo que por isso, abandonar a família, tornar-se personagem anônima, refugiar-se com um filho no interior do Rio Grande do Norte, e somente retornar a seu Estado após a anistia conquistada para os perseguidos pelo sistema político brasileiro da época. Ao voltar, retorna à cena política, narrando sua história para trabalhadoras rurais de todo o País, com a finalidade de incentivá-las a participar da luta pela terra. Elizabete certamente simboliza a luta de muitas outras elizabetes (in)visíveis na questão da reforma agrária (FISCHER, 2002).

Nos projetos de colonização implantados pelo Estado, as mulheres se tornam personagens principais na luta para conseguir um lote. A agricultora Maria do Socorro Alexandre Colares, residente no projeto Curu-Paraipaba, no Ceará, travou luta judicial contra o Departamento Nacional de Obras Contra Secas (DNOCS) para tornar-se cooperante oficial, ou seja, adquirir uma gleba, condição permitida, até então, somente ao masculino (PESSOA, 1990).

Ainda nos anos 80, durante a chamada Nova República, e com a adoção do primeiro Plano de Reforma Agrária, as demandas por essa reforma se acirram, e as mulheres rurais entram na cena política nacional através de movimentos sociais, sindicatos rurais e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, instalado no Ministério da Justiça, do Distrito Federal. Juntos pressionam

dirigentes do país a criarem, naquele momento, no recém fundado Ministério da Reforma Agrária, a Comissão de Apoio à Mulher Trabalhadora Rural com a finalidade de contemplar suas reivindicações no contexto dessa reforma. De igual modo, forçam o governo a criar outra comissão de apoio à mulher rural no Ministério da Agricultura, para atender a reivindicações no contexto da política agrícola. Essas Comissões, representadas por estudiosas da questão feminina e que tinham como objetivo divulgar discriminações cometidas contra as mulheres rurais no âmbito das políticas públicas, foram juntamente com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, esvaziadas quando o então Presidente da República, José Sarney, retirou recursos humanos e financeiros a elas destinados para atender a setores que votaram a favor da ampliação do seu mandato (FISCHER, 2002).

A ação que tem contribuído gradativamente para o desenvolvimento de estratégias de inclusão das trabalhadoras rurais na reforma agrária, é a garantia do direito a documentação civil e trabalhista. Em 2004 foi criado O Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural que já emitiu mais de 80 mil documentos civis e trabalhistas para mulheres trabalhadoras rurais. A ação integra o II Plano Nacional de Reforma Agrária e as estratégias de desenvolvimento rural e de inclusão social do Governo Federal (BUTTO, 2005).

É importante lembrar que a documentação civil básica representa uma condição necessária para acessar e facilitar o acesso das mulheres às políticas públicas e os benefícios previdenciários como aposentadoria e auxílio maternidade.

O II Plano Nacional de Reforma Agrária inclui uma política de gênero, como parte de suas ações. Com a portaria nº 981/2003 do Incra, a titulação conjunta da terra para áreas constituídas por um casal passa a ser obrigatória (BUTTO, 2005).

Além dessa medida a normatização da

assistência técnica para os assentamentos da reforma agrária passou a recomendar a inclusão produtiva das mulheres e a prever ações específicas de capacitação de extencionistas.

O Plano Safra de 2005/2006 estabelece o direito de as mulheres realizarem através do PRONAF Mulher uma operação de microcrédito rural para o desenvolvimento de uma atividade produtiva desenvolvida por elas (BUTTO, 2005).

A discussão sobre o crédito para a pequena produção rural tem ganhado cada vez mais importância tendo em vista a perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar e a sua repercussão social. Considerando as desigualdades de gênero existentes em nossa sociedade, verifica-se, contudo, que o incentivo ao crédito para a agricultura familiar ao longo dos anos pouco tem significado em termos de melhorias nas condições de vida das mulheres rurais, que permanecem como a população mais pobre entre os pobres. Embora em princípio as mulheres se encontrem contempladas no programa de crédito para a família rural, PRONAF, que vigora desde 19961, na prática, quase sempre o crédito é acessado, empregado e distribuído segundo as necessidades e interesses dos homens, chefes das famílias, que quase sempre representam aqueles que estabelecem legitimamente relação com o mundo público (BUTTO, 2005).

Com o surgimento do PRONAF mulher, as mulheres trabalhadoras rurais nas diversas regiões do Brasil despertaram para o interesse de acessar o programa de crédito na perspectiva de incrementar a renda familiar e consequentemente contribuir para a melhoria da qualidade de vida de suas famílias.

No assentamento onde esta pesquisa foi realizada, as mulheres relataram a sua participação na história da luta pela conquista da terra, onde no acampamento elas estiveram por quatro anos presentes junto aos maridos, trabalhando na higienização do espaço,

elaborando as refeições das famílias, cuidando da saúde de todos e correndo o mesmo risco que os homens nos conflitos contra os funcionários do proprietário da terra. Apesar do esforço das mulheres, do risco que correram nos quatro anos de conflitos entre acampados e fazendeiro não existe visibilidade das ações femininas por parte dos homens do assentamento em relação a participação efetiva da mulheres nessa luta, já que nas entrevistas quando foi perguntado aos homens qual a participação das mulheres nas conquistas do assentamento, sempre tínhamos como resposta que foi pouca, e que elas sempre ajudaram, mas não participaram muito.

A visão dos homens em relação a participação e trabalho das mulheres no assentamento reproduz o pouco reconhecimento em relação aos esforços despendidos por elas¹.

As mulheres participam das atividades de plantio e cultivo de feijão e milho, bem como da colheita desses produtos no assentamento, mas são vistas como “meras” ajudantes. A produção dos alimentos é bastante representativa nos núcleos familiares, sendo que os maridos e os filhos são encarregados dos cuidados com o cultivo nos roçados e atividades realizadas fora da casa e as esposas e filhas ficam responsáveis pelo cultivo dos alimentos nos quintais e das tarefas domésticas.

A produção do assentamento Novo Horizonte é organizada de duas formas: produção individual e produção nos roçados coletivos. As mulheres não participam dos grupos de trabalho.

O espaço de produção como áreas de cultivo, pastos, curral é reconhecido por homens e mulheres como sendo espaços de predominância masculina onde o pai de família coordena as atividades a serem desenvolvidas, e os filhos auxiliam o trabalho. O espaço casa e quintal é considerado feminino, pois é a mãe e as filhas que tem responsabilidades sobre o espaço. Nas entrevistas realizadas com as mulheres participante do grupo organizado para a realização

das atividades da pesquisa², observou-se uma diferenciação no reconhecimento do trabalho dado as atividades femininas realizadas nos quintais, visto que é a produção dos homens que traz a maior parte dos alimentos (arroz, feijão, milho) para a família, e que tem a possibilidade de comercialização em caso de excedentes.

Dessa forma, a produção das mulheres é enxergada pelos homens como produção secundária, pois as frutas e hortaliças não são alimentos tidos como fundamentais, como os produzidos por eles (arroz e feijão), além do que os produtos provenientes do quintal são exclusivamente produzidos para o autoconsumo, não se tendo a intenção de comercializá-los.

Portela, Silva e Ferreira (2004), chamam atenção para o problema da desvalorização e invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura familiar afirmando que o fato é resultado de processos sociais os quais atuam sujeitos em dois sentidos - o sentido que objetiva criar ações para invisibilizar o trabalho das mulheres e destacar o dos homens através de estudos e pesquisa que ocultam a jornada de trabalho das mulheres na agricultura familiar e destacam a dos homens e, o sentido de que visa conservar as ações de invisibilidade do trabalho feminino.

Os animais criados pelas mulheres³ tem poucas perspectivas de comercialização, o principal objetivo é alimentar as famílias. Enquanto que os animais criados pelos homens como bovinos e suínos, representam animais de valor comercial e que podem gerar lucro na venda de garrotes e bacurins.

As mulheres do assentamento tem expectativa⁴ de incrementar suas produções nos quintais de forma que os alimentos produzidos e animais criados por elas possam ser comercializados em feiras locais, para que possam obter renda e melhorar a qualidade de vida das famílias. Essa questão, trouxe a discussão sobre como produzir, tanto do ponto de

vista técnico como empírico, pois elas não possuem conhecimento específico para produzir alimentos em maior quantidade e com a qualidade desejada, já que uma das preocupações apresentadas é de produzir sem a utilização de insumos químicos.

Metodologia

Este estudo foi realizado sob a ótica da pesquisa-ação, que conforme Thiollent (1986) deve ser desenvolvida através da interação entre os pesquisadores e os participantes representativos da pesquisa, de modo cooperativo ou participativo.

Como instrumentos de coleta de dados utilizamos: análise documental, aplicação de questionário, entrevista semi-estruturada, realização de reuniões e oficinas e, em especial o registro da vivência de campo, que vem sendo sistematizada através de um diário de campo.

O estágio de vivência no campo faz despertar um novo olhar da realidade em que se pesquisa, a convivência com os povos nos tira um pouco aquela visão paradigmática de que o pesquisador tem a razão, o saber e o poder de mostrar como se faz o certo.

A natureza da pesquisa foi fundamentalmente qualitativa; as análises de natureza quantitativa foram empregadas, mas tiveram uma função secundária e auxiliar. Segundo Goldemberg (1997), na pesquisa qualitativa o pesquisador tem a preocupação de analisar os problemas enfrentados pelos grupos sociais a partir do ponto de vista dos próprios indivíduos envolvidos no problema encontrado.

Com base nisso, as entrevistas foram realizadas com mulheres e os homens, através de depoimentos obtidos de forma aberta, a partir de um roteiro de perguntas semi-estruturado. As entrevistas na maioria das vezes foram realizadas no alpendre das casas. Em alguns casos foram realizadas na cozinha da creche do assentamento.

Resultados e discussões

As mulheres do assentamento Novo Horizonte são na sua grande maioria donas de casa responsáveis pelos cuidados com as famílias, e com todos os afazeres que dizem respeito à casa. Cultivam hortas e canteiros nos quintais, e são responsáveis pela criação de galinhas ou qualquer outro bicho nos terreiros. Enquanto que os homens ficam responsáveis pela produção nos roçados e com os cuidados com os animais maiores criados soltos ou em currais coletivos.

Observou-se uma diferenciação no reconhecimento do trabalho dado as atividades femininas realizadas nos quintais, visto que é a produção dos homens que traz a maior parte dos alimentos para a família, e que tem a possibilidade de comercialização em caso de excedentes. Assim ficou constatado que os alimentos e animais de responsabilidades produtivas das mulheres não possuem o mesmo valor econômico e social daqueles de responsabilidade masculina.

Dessa forma, na agricultura familiar o trabalho da mulher se difunde cotidianamente entre produção e reprodução da família. As tarefas das mulheres ocorrem em um espaço contínuo entre a casa e o quintal gerando uma sobrecarga de trabalho não reconhecido socialmente por estar diretamente associado ao trabalho doméstico.

As mulheres que participaram da pesquisa-ação apresentaram expectativas positivas sobre a produção desenvolvida nos quintais, pretendem trabalhar um plantio diversificado em suas hortas e canteiros, mas a carência de conhecimento e de um acompanhamento técnico representa um obstáculo para as atividades de cultivo.

O interesse na produção nos quintais é para garantir uma alimentação diversificada e evitar o gasto de dinheiro com alimentos que podem ser produzidos e no caso de excedente garantir uma renda que possa beneficiar a qualidade de vida das famílias.

Além disso, se preocupam com a qualidade da alimentação de suas famílias, pois após as discussões nas oficinas⁵ realizadas durante a pesquisa, elas despertaram para a importância da inserção de hortaliças e frutas nos cardápios cotidianos, e desejam cultivá-las de forma que possam contribuir para a segurança alimentar de suas famílias.

Na realização de uma oficina na pesquisa as mulheres traçaram um quadro sobre os problemas que elas encontram no sistema alimentar do assentamento, apresentados no **quadro 1**.

As sugestões dadas por elas para os problemas identificados estão sempre relacionados à presença de assistência técnica no assentamento e à falta de oportunidades no acesso a créditos e financiamentos. A questão da

falta de conhecimentos sobre a conservação dos alimentos armazenados, será abordada com a instalação do banco de sementes. Mas as reuniões são, segundo as mulheres, para os homens responsáveis pelos grupos de trabalho produtivo.

Sobre a questão dos lixos, as mulheres preferiram deixar nos quintais, pelo fato de não terem encontrado um lugar seguro para colocar e decidiram em consenso com os maridos queimarem o lixo no fundo do quintal. Apesar de terem a consciência deste procedimento não representar uma forma ecologicamente correta para o destino do lixo, elas evitam o acúmulo de sujeira nos quintais, a ingestão de lixo pelos bichos, e também o contato das crianças com o mesmo. O ideal seria que um carro de coleta de

Quadro 1: Problemas no sistema alimentar do assentamento

Sistema Alimentar	Problemas Identificados
Terra e Plantio	Falta de conhecimentos específicos na hora do plantio; muita lagarta nas plantações e água contaminada.
Produção	Pragas nos roçados e nos cajueiros.
Colheita	Perderam parte dela por conta de ataque de pragas e chuvas no ano passado.
Armazenamento	Não conhecem as técnicas; não tem recipientes para armazenar (o que guardam só dá para o consumo).
Preparo e Consumo	Água contaminada; falta de hortaliças nas refeições; os homens e as crianças comem demais; sempre falta "mistura"; os alimentos são sempre os mesmos.
Distribuição	O que é produzido só dá para o consumo familiar; os homens e as crianças comem demais; quando a produção dá pra vender é vendido por um preço inferior ao que vale.
Saúde e Higiene	As crianças adoecem com frequência apresentando febre e diarreia; as pessoas apresentam doenças de pele constantemente; O lixo é jogado nos quintais das casas; os bichos vivem soltos; as crianças brincam nos terreiros em contato com animais e excrementos.

Fonte: Dados extraído em oficina realizada no assentamento

lixo pudesse fazer a coleta mas elas afirmam que a prefeitura do município não realiza este tipo de trabalho fora da sede.

Sobre os animais, algumas cercas foram concertadas por elas em companhia dos maridos, com a utilização de tocos para não deixar os animais ficarem em contato com os lixos, e nem destruírem seus cultivos, mas percebe-se que por mais que não fique brecha os animais pequenos como as galinhas acabam passando para o outro lado da cerca. Sugerimos que a melhor opção seria prender os bichos em cercados exclusivos, mas elas colocaram a dificuldade da compra de material, e carência de milho (no momento, não tem armazenado), para galinhas. Se tivessem uma atividade que gerasse renda, segundo elas ficaria mais fácil de resolver alguns problemas, como compra de materiais para concertos.

A preocupação de se encontrar uma atividade que possa gerar renda para as famílias, é uma constante entre as mulheres, e foi mencionada por elas em duas oficinas realizadas.

Buarque (2002), explica que o não reconhecimento da condição das trabalhadoras rurais acontece devido à ausência, nos estudos dos teóricos sobre a questão agrária, de dados e análises sobre as suas inúmeras tarefas nas áreas da produção, seja nas grandes, pequenas e médias propriedades, seja nos recentes acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária. Este fato gera efeitos negativos, diretamente, sobre o seu acesso aos programas de capacitação e de assistência técnica, tanto porque estão desqualificadas em geral, como porque não são destinados recursos para atividades relacionadas à produção não-agrícola, nas quais elas têm, também, uma forte presença.

Assim, as mulheres decidiram formar um grupo de interesse comum para buscarem junto a assistência técnica alternativas de melhoria da produção e de comercialização dos produtos

cultivados por elas.

Conclusões

Um olhar sobre as mulheres do assentamento em estudo, nos faz refletir sobre o seu papel e a sua importante função na melhoria da qualidade de vida de suas famílias, já que, são elas as responsáveis pelos cuidados com os familiares.

O trabalho produtivo das mulheres realizados nos quintais, tem importante contribuição para o processo de reforma agrária, pois as mulheres participam de atividades produtivas que tanto podem contribuir para a segurança alimentar de suas famílias como incrementar a renda familiar.

As mulheres sempre estiveram presentes no processo de luta e de conquistas do assentamento. Vários conflitos acontecerem antes da imissão de posse, mas com a persistência dos acampados após quatro anos, as famílias conseguiram conquistar a terra e assim dar início a uma nova etapa na vida: a de serem assentados da reforma agrária.

A invisibilidade do trabalho feminino foi constatada no estudo. Os homens quando perguntados sobre a participação das mulheres nessa luta, respondem que elas apenas contribuíram com a alimentação dos acampados e nos cuidados com as crianças e com a higiene do grupo. Não sendo relatado por eles, a participação nos processos produtivos, a presença delas durante os conflitos, bem como sua permanente contribuição nas tarefas realizadas no espaço doméstico.

Assim, compreendemos que as mulheres do assentamento são vistas apenas como donas de casas responsáveis pelos cuidados com as famílias, e com todos os assuntos que dizem respeito à casa, incluindo o quintal e o cultivo de hortas. Apesar de as mulheres terem uma jornada de trabalho de 17 horas diárias marcada

por uma sequência de atividades quase sem interrupção em seu cotidiano, contribuírem com a melhoria da qualidade de vida de suas famílias e proporcionarem alternativas para o alcance da segurança alimentar, elas não tem a visibilidade dessas ações.

A questão da invisibilidade dos trabalhos, não tira a coragem e a perseverança das mulheres de continuarem na luta por melhores condições de vida tanto para elas como para as famílias do assentamento Novo Horizonte.

Notas

1. Foram realizadas 12 entrevistas com homens do assentamento, que relataram que suas esposas não realizam atividades de produção, somente ajudam “vez ou outra”.

2. Foram realizadas 12 entrevistas com as mulheres do assentamento.

3. Os animais criados pelas mulheres são galinhas, capotes, perus.

4. A expectativa de incrementar a produção nos quintais foi relatada na Oficina: Propostas Alternativas para Garantir a Subsistência das Famílias.

5. Foram realizadas 4 oficinas temáticas com o grupo participante da pesquisa: I. Linha do Tempo; II. Segurança Alimentar e Nutricional; III. Problemas Encontrados no Sistema Alimentar do Assentamento; IV. Propostas Alternativas para Garantir a Subsistência das Famílias.

Referências Bibliográficas

BUARQUE, C. **Projeto Gênero e Reforma Agrária**: Estratégias para a Reforma Agrária sob a Ótica de Gênero. INCRA, 2002. Disponível em: < http://www.incra.gov.br/_htm/genero/dow/ipgsra03.pdf > Acesso em 05 de jun. 2006.

BUTTO, A. **Cirandas do Pronaf para mulheres**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/ MDA, 2005. 180p.

CETRA. Marcha das margaridas 2007 razões para marchar. Disponível em: <<http://www.cetra.org.br/oktiva.net/1431/nota/36761>>. Acesso em: > 08.abr.2007.

FISCHER, I. R. **Reforma agrária**: Chão Masculino, Pão Feminino. Disponível em: < <http://www.fundaj.gov.br/tpd/130.html> >. Acesso em: < 20 de maio. 2007 >.

GOLDEMBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.

PESSOA, D. **Política fundiária no Nordeste**: caminhos e descaminhos. Recife: Massangana, 1990.

PORTELA, A. P.; SILVA, C; FERREIRA, S. **Mulheres e trabalho na agricultura familiar**. Recife: SOS CORPO – Gênero e Cidadania, 2004. 284p.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.